



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

Relatório da Comissão Eventual de Inquérito à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior

O Partido Comunista Português expressou o seu sentido de voto em abstenção ao presente relatório por considerar que o seu texto, apesar de traduzir de forma objetiva um conjunto de factos e elementos que decorreram dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, o mesmo não transpõe para as conclusões e recomendações as soluções que se impõem, encobrindo as causas e a natureza de tamanha catástrofe de que são responsáveis décadas de política de direita.

O Grupo Parlamentar do PCP salienta, antes de mais, que na origem da constituição desta comissão de inquérito, por iniciativa do PSD, não esteve o interesse de avaliar e apurar, em consequência dos brutais incêndios de 2017 da zona do Pinhal Interior, o que se perdeu e se os apoios chegaram a quem deveriam ter chegado. A opção do PSD com esta comissão foi a de transformar as vítimas em culpados e em vigaristas, querendo fazer dos cidadãos de Pedrogão um povo que recorreram a esquemas para se aproveitarem da desgraça.

I. A responsabilidade política dos sucessivos Governos

Não se pode atribuir a um só governo a responsabilidade pela situação que culminou na tragédia que se verificou em 2017, essa responsabilidade é dos sucessivos governos que têm levado a cabo políticas de permanente esquecimento do interior e do mundo rural para as quais o PCP desde há muito tem vindo a alertar e a apontar o caminho necessário.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Quando o caminho deveria ser o de concretizar políticas que respondam à necessidade de se investir e defender estes territórios e as suas populações, de defender e gerir a floresta, valorizando a produção, e favorecendo a fixação das gentes nestas terras, as opções dos sucessivos governos têm sido de lançar sobre os pequenos proprietários florestais as responsabilidades da tragédia que se abateu sobre as florestas portuguesas, desresponsabilizando, assim, a ação governativa perante as políticas agrícolas e florestais nocivas que têm levado a cabo.

O que este relatório deveria de concluir - não o faz e nem o torna claro - é que, volvidos quase 4 anos após os trágicos incêndios, estas populações, que viveram em 2017 um verdadeiro inferno, ainda hoje esperam por apoios que faltam, ainda esperam pelo “tal desenvolvimento” dos territórios afetados que o anterior e atual Governo tanto prometeram.

O Grupo Parlamentar do PCP empenhou todos os esforços, não apenas para que o mais vasto possível conjunto de factos relevantes fosse apurado, como para que resultasse evidente que os problemas da floresta e dos incêndios que a devastam não se resolvem sem meios, sem recursos humanos, sem uma intervenção pública que por razões orçamentais têm sido negados pelos sucessivos Governos.

II. Os apoios à recuperação da perda de rendimento e o restabelecimento do potencial produtivo

É conhecido o papel da agricultura nos territórios do mundo rural e do interior. Ao longo das audições efetuadas durante os trabalhos da comissão de inquérito ficou claro que a ausência de agricultura é uma das principais causas de incêndios.

Não podemos desligar os incêndios, que ano após anos consomem a nossa floresta, da destruição de milhares de explorações agrícolas e do abandono de milhares de hectares de cultivo e pastagens em resultado dos profundos ataques que as políticas dos



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

governos de PS, PSD e PSD/CDS tem feito à produção nacional, à floresta e às populações, a que se somam o encerramento de infraestruturas e de serviços públicos, e a ausência de investimentos.

Num território como o do Pinhal Interior, onde a agricultura é maioritariamente de pequena e média dimensão com forte pendor da agricultura familiar, a forma como o Governo não implementou, de forma imediata os necessários mecanismos de apoio à agricultura familiar, à pequena e média agricultura revela que não só não cumpriu o seu dever como não respondeu a quem viu de um dia para o outro perder o aforro de uma vida ficando com os seus rendimentos absolutamente comprometidos.

Para o PCP os apoios às populações das áreas ardidas não se circunscrevem unicamente à reconstrução das casas ardidas, ou à reposição dos eletrodomésticos destruídos, é preciso que, a par da efetiva reposição do potencial produtivo agrícola, pecuário, florestal ou empresarial, se apoie a perda de rendimento dos agricultores e produtores florestais atingidos pelo incêndio, na medida em que o restabelecimento do potencial produtivo não permite, por si só, restabelecer os rendimentos agrícolas e florestais nas áreas afetadas.

Foi graças ao PCP que este relatório considera a importância e a necessidade de se ter em conta a perda de rendimentos a que os agricultores e produtores florestais ficam sujeitos até recuperarem a sua capacidade produtiva. De facto, nenhum outro grupo parlamentar colocou a necessidade desta comissão de inquérito apurar se a perda de rendimentos é uma realidade e se no apuramento de danos e necessidades ficou por contabilizar essa perda de rendimento dos agricultores e produtores florestais.

Ora, não tendo ficado no relatório, por rejeição do PS e PSD, e pela abstenção do BE, é factual que o PCP apresentou uma proposta de aditamento ao Orçamento do Estado de 2018, que contemplava o apoio continuado à perda de rendimento dos agricultores e produtores pecuários afetados pelos incêndios de 2017, até à reposição do rendimento pré-existente, medida que o PS e PSD chumbaram, comprometendo a continuidade do



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

exercício da atividade agrícola pelos pequenos e médios agricultores. Este reconhecimento era indispensável para que **em catástrofes futuras se assegurasse o apoio ao rendimento perdido, como forma de as pessoas não desistirem.**

Mesmo no que ao restabelecimento do potencial produtivo diz respeito, muitos e muitos lesados ficaram excluídos do acesso às ajudas, uma vez que para prejuízos superiores a 5 mil euros o Governo obrigou a que os agricultores e produtores se tivessem que candidatar à medida 6.2.2 do PDR 2020, o que representou um verdadeiro obstáculo, identificado pela maioria dos depoentes, pela elevada burocratização que esse processo de candidatura representa, preferindo assim optar pelo regime simplificado disponível para perdas inferiores a 5 mil euros. Desta forma, assumiram as vítimas os prejuízos deixando valores superiores a esse valor por candidatar.

Este relatório não identifica, porque o Governo não fez o que lhe competia a seu tempo e agora não se quis saber, o valor global dos prejuízos. Ao dia de hoje, inaceitavelmente, desconhece-se qual foi o prejuízo resultante do incêndio e é também desconhecido qual o valor global das candidaturas, ou seja, o Estado não sabe, mas deveria saber, quais foram os pedidos de apoio. E isto só acontece porque são, na esmagadora maioria, pequenos agricultores em que muitos deles viram-se obrigados a declarar prejuízos inferiores por o governo lhe ter criado dificuldades e dessa forma acabaram por ser as perdas que se ajustaram aos apoios quando deveriam ter sido os apoios que teriam que responder às perdas.

No essencial fica por responder o que resultou de todo este plano de recuperação, não obstante incluir, por proposta do PCP, a recomendação no âmbito dos apoios concedidos ao abrigo do PDR2020, de que seja realizado o levantamento detalhado no que respeita aos prejuízos e danos agrícolas efetivos, montantes elegíveis, aprovados, contratados e já concedidos, bem como o levantamento da situação atual em termos de recuperação de atividade e concretização de projetos.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Ou seja, a resposta ao objetivo desta comissão relativo à “atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior” só seria ou será possível com um levantamento exaustivo dos prejuízos que se verificaram, comparando-os com os apoios candidatados e concedidos. Não sendo possível apurar esses valores por inexistência do respetivo levantamento, fica por conhecer a resposta à principal questão que esta comissão de inquérito deveria ter sido capaz de responder:

O que havia antes do Incêndio, o que se apoiou e o que falta fazer?

É de evidenciar também que este relatório não considerava uma das principais razões de ocorrência dos incêndios florestais – **O baixo preço da madeira pago ao produtor**. E, quer nas audições quer no presente relatório, foi mais uma vez o PCP quem evidenciou que um dos entraves identificados ao desenvolvimento e gestão adequada da floresta resulta do baixo preço da madeira pago ao produtor, que compromete rendimentos sustentáveis, levando, muitas vezes, ao abandono da atividade. Fica assim claro que a defesa do ambiente e da floresta passa, não só pela valorização da floresta multifuncional tradicional, mas muito pelo aumento do preço da madeira na produção, exigindo a regulação no mercado do material lenhoso e o funcionamento do Sistema de Informação e Cotações dos Produtos Florestais, combatendo a desregulação de preços vigente, que prejudica os pequenos produtores. Porém quando, o PCP quis introduzir no relatório esta necessidade, PS e PSD uniram-se como unha e carne rejeitando uma proposta decisiva para um sector em que a regulação de preços à produção é inexistente, traduzindo-se na falta de rendimentos justos à produção.

III. Recuperação das habitações

O PSD que constituiu esta comissão de inquérito apenas com o intuito pôr em causa vítimas e apoios, dar centralidade a suspeições e questiúnculas, viu o seu objetivo gorado, já que, tirando a voz dissonante do antigo presidente do IHRU, as restantes audições vieram corroborar a perspetiva que o PCP já tinha da situação. Muito continua



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

por fazer, as vítimas e as populações afetadas continuam a necessitar de apoios e de investimento no território.

O PSD preocupou-se, no essencial, em apurar se, na reconstrução das casas, estas passaram a ter mais 1 metro quadrado de área, se o telhado ficou mais alto, se os reformados que fazem da “casa da terra” sua morada habitual afinal não tinham ali a sua morada institucional, ou se houve quem lhe visse arder tudo o que tinha naquela terra, afinal, por uma questão administrativa não deveria ter sido contemplado com apoio. Jamais o PSD se preocupou em saber o que é que não estava feito antes do incêndio e quais os problemas estruturais que estiveram na base da dimensão do incêndio. Pois a resposta a estas questões iria responsabilizar os sucessivos governos de PSD/CDS e PS.

O Grupo Parlamentar do PCP participou nesta Comissão de Inquérito partindo do seu património de intervenção que visou alertar para os problemas do interior e do mundo rural, para a necessidade de se investir e defender estes territórios e as suas populações, defender e gerir a floresta, valorizando a produção, e favorecendo a fixação das gentes nestas terras. Mas a permanente política de esquecimento a que o interior foi votado, culminou na tragédia conhecida.

O processo de recuperação e reconstrução das habitações foi de facto complexo considerando a necessidade de se dar prioridade às primeiras habitações, contudo, no decorrer das audições ficou claro e foi reconhecido por todos os depoentes que a recuperação das segundas habitações é fundamental para o território, pelo importante papel que as mesmas representam na dinâmica económica e social do território.

Se no que respeita às primeiras habitações o processo está praticamente concluído, o mesmo não se pode dizer quanto às segundas habitações na medida em que a opção do governo foi a de transferir para os municípios esse encargo, com o argumento de que o Fundo Revita não se destinava à recuperação de segundas habitações, o que conduziu a que aos dias de hoje estejam pro reconstruir a quase totalidade das segundas habitações



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

destruídas. Nesta comissão de inquérito fica claro que o Fundo Revita poderia ter sido usado para a recuperação das segundas habitações, aliás como determina o seu regulamento, ainda que priorizando a reconstrução das primeiras habitações. E nem se pode justificar com a falta de verba do Fundo uma vez que o governo poderia e deveria ter reforçado esse fundo com a verba necessária, aliás como veio a acontecer reforçando em 2,5 milhões de euros para que o fundo conseguisse cobrir os custos com a reposição do potencial produtivo para prejuízos de valores entre os 1053 euros e os 5000 euros.

O PCP rejeita a ideia de que a utilização de verbas do Fundo Revita nos apoios à agricultura impedisse a recuperação de habitações. O que de facto se tratou foi uma opção política, ou seja o dinheiro não foi utilizado numas perdas em prejuízo de outras, nada impedia o governo de reforçar o Fundo Revita por forma a cobrir todas as perdas, fossem elas no âmbito da habitação, agricultura, floresta, pecuária ou indústria.

Neste relatório, o PCP sempre se bateu pelo reconhecimento da responsabilidade de que o Estado apoiasse a reconstrução total ou parcial tanto das primeiras quanto das segundas habitações afetadas pelos incêndios de 2017. Porém, essa conclusão não foi aprovada pelo entendimento que liga umbilicalmente o PS e PSD que preferiram deixar essa recuperação dependente de mecanismos de apoio que na prática é o que já existe atualmente, sendo a opção do Governo de deixar a recuperação das segundas habitações na responsabilidade das autarquias que se devem endividar para suportar esses custos.

Apesar de tudo, o presente relatório deixa claro o entendimento de que a reconstrução de todas as habitações afetadas pelos incêndios deve ser feita. Foi por isso que o PCP apresentou alterações ao relatório proposto pelo Sr. Deputado Relator, mas que, em votação solicitada pelo PCP, foram rejeitadas por PSD e PS, o que impediu um relato mais fidedigno dos trabalhos da comissão de inquérito e do muito que ainda há por fazer no que respeita a todo o processo de recuperação e apoios necessários.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Por tudo o acima exposto, o Grupo Parlamentar do PCP absteve-se na votação global do Relatório apresentado à Comissão de Inquérito.

O Grupo Parlamentar do PCP afirma que, apesar de não ter oposição ao relatório na generalidade, é importante que tais recomendações não sejam confundidas com as soluções necessárias e há muito identificadas pelo PCP e expressas nesta declaração de voto.